



AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ATINGIDAS PELAS CHUVAS NO RIO GRANDE DO SUL E OS PROGRAMAS SOCIAIS EMERGENCIAIS DO GOVERNO FEDERAL ¹

Emily Giovana Hech Avozani², Anna Paula Bagetti Zeifert ²3, Isabella Liebelt Pinheiro⁴,

¹ Trabalho desenvolvido a partir do projeto de pesquisa “Determinantes Multidimensionais da Pobreza e da Fome no Brasil e na Argentina: Estudo Comparado Sobre o Alcance dos Programas de Desenvolvimento e Assistência Social na Superação das Situações de Vulnerabilidades” (Edital FAPERGS 14/2022 ARD/ARC).

²Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) do projeto de pesquisa "Justiça Social: os desafios das políticas sociais na realização das necessidades humanas fundamentais" (CNPq). Integrante do grupo de pesquisa "Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade" (CNPq). Integrante do projeto de extensão "Observatório em Direitos Humanos" (CNPq). E-mail: emily.avozani@sou.unijui.edu.br

³ Pós-Doutorado pelo Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais - UNB/FLACSO Brasil. Doutora em Filosofia (PUCRS). Professora do PPGD/UNIJUÍ e do Curso de Graduação em Direito/UNIJUÍ. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade (CNPq). Pesquisadora FAPERGS ARD/ARC (2023-2025), projeto de pesquisa “Determinantes Multidimensionais da Pobreza e da Fome no Brasil e na Argentina: estudo Comparado sobre o Alcance dos Programas de Desenvolvimento e Assistência Social na Superação das Situações de Vulnerabilidades”. Coordenadora do Observatório de Direitos Humanos (Projeto de Extensão-PPGD/UNIJUI). E-mail: anna.paula@unijui.edu.br

⁴ Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) do projeto de pesquisa "Justiça Social: os desafios das políticas sociais na realização das necessidades humanas fundamentais" (CNPq). Integrante do grupo de pesquisa "Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade" (CNPq). Integrante do projeto de extensão "Observatório em Direitos Humanos" (CNPq). E-mail: isa.liebeld@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Considerando o cenário de enchentes e alagamentos que o estado do Rio Grande do Sul vem enfrentando nos últimos tempos, buscamos com este trabalho analisar as iniciativas que foram implementadas com a intenção de assistir as comunidades quilombolas afetadas pelas na região.

No estado do Rio Grande do Sul do Brasil, existem 146 quilombos reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares e outros cinco em processo de reconhecimento. Eles se localizam no chamado Litoral Negro do estado, são terras que na época da formação dessas comunidades eram locais estratégicos para a autonomia dos povos, não sendo isolados da civilização, mas próximos as áreas de cultivo. Esses quilombos se espalham por cerca de 70 municípios do estado, sendo mais de 6.828 famílias. (Agência Brasil, 2024)

Conforme figura abaixo, a organização e localização dos Quilombos no Rio Grande do Sul é a seguinte:



Figura 11 – Municípios do Rio Grande do Sul com comunidades quilombolas.
Fonte: NEGA (2020)

É possível observar, a partir do mapa, a localização dos Quilombos mais na metade sul do estado gaúcho, o que demonstra o quanto esses territórios foram afetados, visto que as inundações atingiram mais esses espaços.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é qualitativa, utilizando o método de abordagem hipotético-dedutivo, centrado na pesquisa bibliográfica e de dados públicos secundários em sites oficiais que traduzem informações sobre a temática em análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os quilombos são originalmente comunidades formadas por escravizados que fugiam dessa condição e foram em busca de lugares seguros para viver em liberdade e resistir a escravidão. Nesses ambientes, atualmente, vivem os descendentes dessas pessoas e também índios e brancos livres.

Um antropólogo africano chamado Kabengele Munanga, diz que a palavra “quilombo” vem da origem na África Negra, de um povo bantu, este possuía um governante que descontentou uma parcela da população, fazendo com que um príncipe juntasse seus guerreiros formando um “quilombo” caracterizado pela postura firme e forte disciplina. Com



isso o quilombo ficou marcado como sendo uma forma de resistência. (MUNANGA, Kabengele. pág 56)

A Constituição Federal 1988, se manifesta sobre as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas, além do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 no art. 2º, que indica que essas comunidades são grupos étnicos raciais, com uma trajetória própria, e resistência à opressão.

No estado do Rio Grande do Sul existem cerca de 146 quilombos e todos foram afetados pelas cheias dos rios e chuvas incessantes. Os desastres climáticos pelos quais o estado passou nos primeiros meses de 2024, são uma grande amostra dos problemas que vamos enfrentar daqui em diante. Foram mais de 2 milhões de pessoas afetadas pelas chuvas, dentre as quais as comunidades quilombolas. (Cralde, 2024)

No Rio Grande do Sul, conforme a Fundação Cultural Palmares (2020), entre 2004 a 2020, há 136 comunidades quilombolas certificadas e autorreconhecidas e, segundo o INCRA (2020), há 103 terras com processos abertos e quatro terras quilombolas tituladas, sendo duas delas parcialmente tituladas. (Pires; Bitencourt, 2024)

Essas enchentes que afetaram mais de 6.828 famílias quilombolas ressaltou ainda mais a vulnerabilidade dessas comunidades, em torno de dez dessas ficaram totalmente isoladas. Após o cessar das chuvas e diminuição dos rios essas famílias enfrentam a falta de comida, água e luz dificultando ainda mais a reconstrução desses espaços territoriais. Para auxiliar e agilizar essa demanda está sendo viabilizado a formação de um comitê de Crise quilombola para gerenciar as ações de socorro que irá contar com representantes de todas as comunidades.

O evento climático acentuou ainda mais as desigualdades e vulnerabilidades já existentes na sociedade e, também, casos de racismo em abrigos emergenciais. Os bairros mais atingidos são aqueles que possuem o maior número de habitantes negros, caracterizando um racismo ambiental, intrinsecamente ligado a desigualdades, isso se relaciona com uma distribuição desigual dos benefícios e riscos ambientais, como a falta de saneamento básico, poluição dos rios e falta de organização habitacional. (IHU, 2024)

Essas comunidades remanescentes agora precisam se reerguer, e mesmo com toda essa desigualdade, a luta pelo amanhã não para. O governo Federal tenta amenizar as mazelas

